

Esforço global com soluções regionais



O combate ao câncer é considerado hoje prioridade global em termos de saúde pública e diversos países vêm buscando, em congressos e outros fóruns internacionais, formas de ação solidária e de compartilhamento de experiências bem-sucedidas. Países desenvolvidos têm muito a colaborar. Na Escandinávia, por exemplo, a adoção de planos nacionais de controle do câncer melhorou não apenas os índices da doença, mas também os indicadores de saúde pública. Por outro lado, mesmo nos países em desenvolvimento, há ótimos exemplos de melhores resultados a partir da cooperação científica com instituições estrangeiras de combate ao câncer, como é o caso dos indicadores referentes ao câncer infantil, que diminuíram consideravelmente na América Latina.

Os diversos trabalhos apresentados no II International Cancer Control Congress (ICCC), promovido pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), em novembro de 2007, no Rio de Janeiro, revelaram um cenário em que ficou claro que o câncer é problema mundial, mas as soluções estão sendo cada vez mais diferenciadas e regionalizadas. Seguindo essa lógica, foi criada a Aliança Latino-Americana e do Caribe para Controle Integral do Câncer. No evento, dez países (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru e Uruguai, além do Brasil) formalizaram a Aliança por meio da Declaração do Rio de Janeiro, documento que firma o compromisso de ajuda mútua entre os signatários.

A Declaração do Rio prevê o trabalho conjunto, a cooperação e o intercâmbio de programas, projetos, estudos, pesquisas e experiências eficazes de gestão, formando uma rede de conhecimento técnico e científico capaz de reduzir o impacto do câncer nas regiões. Destaca ainda a necessidade de que governos da América Latina e do Caribe reconheçam as iniciativas de prevenção e controle integral da doença como uma prioridade de suas políticas públicas. Pressupõe também uma estreita parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), além das principais agências nacionais e internacionais para controle do câncer, incluindo o acesso a recursos políticos e financeiros que assegurem as ações da Aliança.

“Cada vez há mais evidências de que muitos dos cânceres podem ser evitados ou detectados precocemente. É com esses objetivos centrais que os responsáveis pelas políticas de prevenção, promoção da saúde e atenção integral do câncer, dos países participantes vêm trabalhando, com o apoio técnico da OPAS”, reitera Jose Moyá, da Unidade de Informação e Gestão do Conhecimento da OPAS.



O pontapé inicial de criação da Aliança foi dado na primeira edição do ICCC, realizada em Vancouver, em 2005, quando o controle do câncer começava a ser pensado sob a perspectiva da construção de uma comunidade global de práticas, com base na discussão de políticas públicas.

Paralelamente, em meados de 2006, na Cidade do México, a American Cancer Society, a União Internacional contra o Câncer (UICC), o National Institute of Health (NIH), dos Estados Unidos, e outras entidades realizaram o First International Comprehensive Cancer Control Leadership Forum on National Cancer Control Planning, onde foi identificado que o foco territorial seria fundamental para as ações de controle da doença. “Os dois passos finais foram a reunião de organização do Comitê Regional do Congresso, em dezembro de 2006, e a Oficina Pré-Congresso, já com todos os países participantes”, conta Marco Porto, coordenador de Ações Estratégicas do INCA.

Algumas linhas prioritárias de trabalho já estão na pauta da Aliança. O controle do tabagismo e do câncer do colo do útero, a estruturação de bancos nacionais de tumores e a capacitação de recursos humanos são os quatro primeiros focos definidos. A escolha do controle do câncer do colo do útero como uma das prioridades reflete o compromisso da Aliança com a realidade regional. Nos países desenvolvidos, esse câncer é um problema residual, mas a vulnerabilidade nos países em desenvolvimento ainda é muito grande e diretamente relacionada a condições de pobreza e à ausência de programas organizados de rastreamento.

Nessa abordagem regional, a experiência chilena é muito bem-sucedida, em virtude de um ge-

renciamento competente e de longa data. Há dez anos, o Chile executa o mesmo tipo de ação e se mantém como referência no combate a esse tipo de câncer na América Latina graças à eficácia de suas estratégias gerenciais. “O intercâmbio promovido pela Aliança certamente vai ajudar os profissionais dos países participantes na organização e no aprimoramento da gestão de seus programas na área de câncer do colo do útero”, explica Porto.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Se o Chile é bem-sucedido no controle do câncer do colo do útero, o Brasil tem muito a contribuir em relação à pesquisa e tecnologia de armazenagem de tecidos tumorais. Durante o ICCC 2007, representantes de todos os países foram convidados a visitar o Banco Nacional de Tumores e DNA (BNT), do INCA, criado há dois anos. Primeiro banco público do Brasil com livre acesso a pesquisadores, o BNT possui mais de 2 mil amostras de tecido com perfil detalhado de cada caso, o que beneficiará o desenvolvimento e a pesquisa de novas tecnologias, drogas e estratégias de controle do câncer.

No final de 2007, representantes técnicos da Colômbia passaram três dias conhecendo a metodologia de trabalho do BNT. Foram treinados, durante uma semana, dois pesquisadores doutores que estão à frente do Instituto Nacional de Cancerologia de Bogotá. Outro país que vem demonstrando interesse em montar um banco de tumores é Cuba. “Fizemos vários contatos este ano, buscando operacionalizar o treinamento de um casal de patologistas do principal hospital de câncer local. Há possibilidade ainda de futuras parcerias com México, Uruguai e Peru”, revela a coordenadora de pesquisa do INCA, Marisa Dryer Breitenbach.

O programa nacional de combate ao tabagismo é outro exemplo das contribuições do Brasil à Aliança, que atua nesse segmento em conjunto com a Rede Ibero-Americana de Controle do Tabagismo (RIACT), formalizada em 2005, durante Conferência de Ministros de Saúde em Granada, na Espanha.

As ações de controle do tabagismo realizadas no Brasil abrangeram alertas em embalagens e restrição ao fumo em áreas públicas e foram extremamente bem-sucedidas: resultaram em um dos maiores índices internacionais de diminuição do hábito de fumar – principal causa do câncer de pulmão e responsável pela morte de 5 milhões de pessoas por ano no mundo. ■